Japão

Crise e oportunidade

Gutemberg Barone A. Nojosa[1]
Eduardo Teixeira Souza[2]

O JAPÃO – país de tamanho equivalente ao do Estado do Mato Grosso, porém, com apenas 12,3% de terras agricultu-ráveis, 93% das quais já cultivadas – tem como um de seus principais objetivos de política pública promover a autossuficiência alimentar, cujo índice em 2010 foi de cerca de 40%, o menor entre as nações desenvolvidas. Embora esteja entre os dez maiores produtores mundiais de arroz, o Japão necessita recorrer ao mercado internacional para garantir o fornecimento calórico de sua população. Em 2010, foram importados 4,8 trilhões de ienes (cerca de US$ 60 bilhões) em produtos agrícolas, excluindo-se produtos florestais e pescados. O Brasil apresenta-se como o sexto fornecedor de alimentos ao Japão, responsável por 4,4% do total importado por este país, atrás dos EUA (26,8%), da China (11,4%), Austrália (7,7%), Tailândia (6,9%) e do Canadá (6,4%).

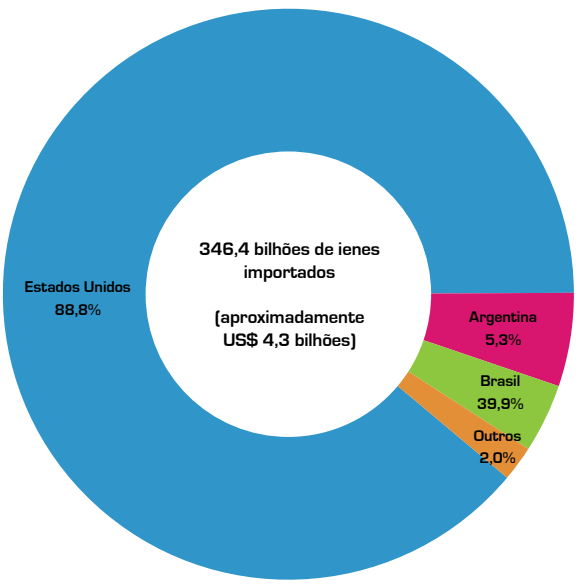
O Brasil especializou-se em fornecer algumas *commodities* para o consumidor japonês. O frango brasileiro responde hoje por cerca de 91% do total importado pelo Japão. Nosso país é o principal fornecedor de café em grão, que contabiliza 28% das compras nipônicas. O Brasil também exporta ao Japão outros produtos como soja, milho, fumo e álcool. Em 2010, diante de problemas climáticos que afetaram o fornecimento de milho ao Japão, cooperativas iniciaram a compra do produto brasileiro. Foram enviados técnicos ao Brasil, em 2011, para avaliar a possibilidade de realizar novos negócios na compra do grão. A expectativa é que novos fluxos de comércio se abram proximamente, principalmente para a carne suína de áreas livres de febre aftosa, como Santa Catarina. Aguardam-se os resultados da visita de missão japonesa para averiguar o *status* sanitário da suinocultura brasileira.

Por outro lado, chama a atenção o fato de não exportamos determinados bens em que somos reconhecidamente competitivos. Na fruticultura, por exemplo, exportamos apenas duas variedades de mangas. Também não temos grande participação no sofisticado mercado japonês de polpas e sucos de frutas.

Da mesma forma, o Brasil ainda não iniciou negociações para a abertura do mercado nipônico de carne bovina, hoje dominado por Austrália e Estados Unidos. Em outras esferas, esforços são levados a cabo para sensibilizar o governo japonês sobre os benefícios dos biocombustíveis como matriz energética sustentável.

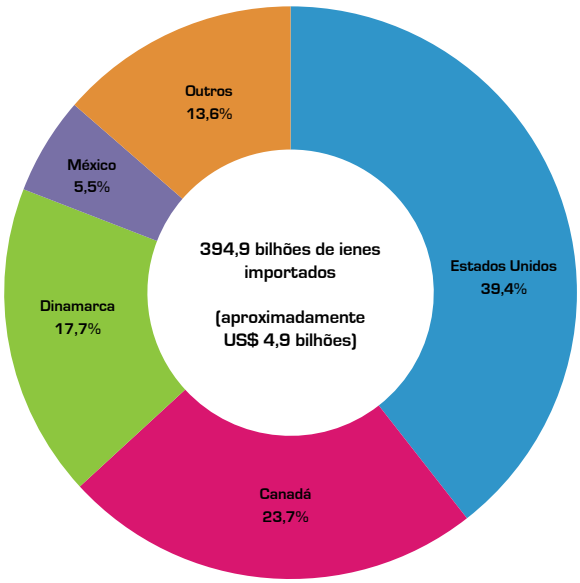
O vínculo que une o Brasil e o Japão na agricultura remonta há várias décadas. Os imigrantes japoneses, que começaram a se estabelecer no País a partir de 1908, trouxeram técnicas inovadoras de produção. Nos anos 70, com o suporte técnico e financeiro da Japan International Cooperation Agency (Jica) ao Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), a Embrapa iniciou pesquisas para o desenvolvimento

Japão: Fornecedores de milho



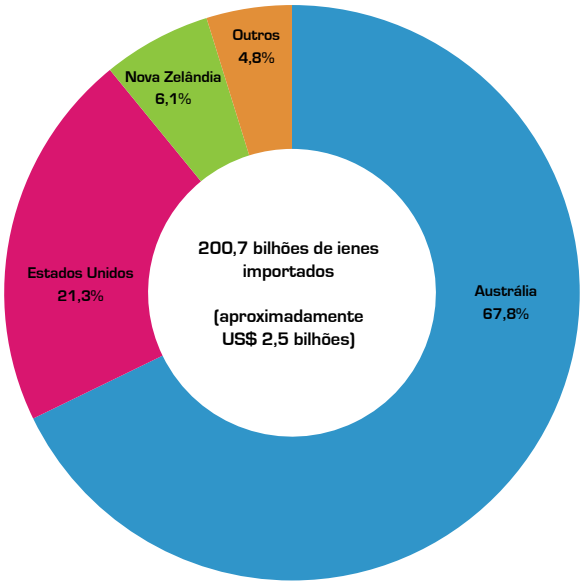
Fonte: Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF)

Japão: Fornecedores de carne suína



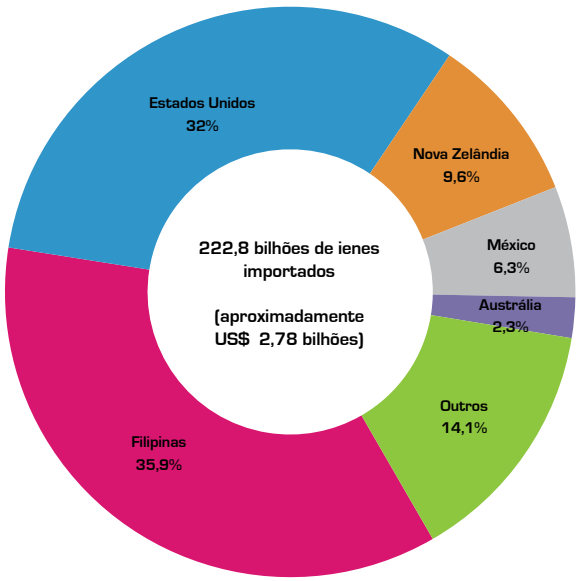
Fonte: Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF)

Japão: Fornecedores de frutas frescas e processadas



Fonte: Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF)

Japão: Fornecedores de carne bovina



Fonte: Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão (MAFF)

da agricultura nesse bioma, promovendo uma legítima revolução agrícola.

A tecnologia japonesa na área agrícola possui, ainda, muito a contribuir para futuros projetos de parceria, principalmente no âmbito da agricultura intensiva. No Japão, é possível encontrar, por exemplo, produção de mangas em estufa e de variedades de melancias com pele de coloração negra, conhecidas como Densuke Watermelon, hoje entre as frutas mais caras do mundo. Em 2011, uma melancia Densuke, produzida em Hokkaido, foi leiloada a 300.000 ienes (cerca de US$ 3.750), tendo alcançado o valor recorde de 650.000 ienes em 2008. Na área animal, o bife japonês Wagyu conquistou a marca de produto de alta qualidade. Esses nichos de mercado especializado, criados com base nas tendências de consumidores exigentes, dinamizam a geração de novas tecnologias e de novos produtos agropecuários.

O intercâmbio bilateral agrícola também ocorre por iniciativa do setor privado. A *trading* japonesa Marubeni, só para citar um exemplo, opera no Brasil desde 1955. Atualmente, no contexto do *boom* no mercado de *commodities*, percebe-se interesse progressivo do capital japonês na agricultura brasileira. Este ano, a Mitsui anunciou a aquisição do controle acionário da Multigrain A.G., proprietária do complexo agrícola Xingu S.A., que possui 120.000 hectares de terras no oeste da Bahia e exporta produtos como soja, milho e algodão.

Apesar das históricas parcerias e do potencial de comércio agrícola existente, o Brasil encontra algumas dificuldades para se firmar como robusto fornecedor de alimentos ao Japão. Barreiras não tarifárias, elevado custo logístico e feroz competição com outros países exportadores de *commodities* (a exemplo dos EUA, da Austrália e do Canadá), estão entre os principais desafios dos exportadores brasileiros. O Brasil não goza de preferências tarifárias estabelecidas por acordos de livre comércio, hoje importante plataforma da internacionalização da economia japonesa. Os denominados Economic Partnership Agreements (EPAs) praticamente zeram as tarifas de inúmeros produtos originários de países que competem diretamente com o Brasil neste mercado – países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Índia, México, Chile e, espera-se, a União Europeia em futuro próximo. Nesse contexto, a formalização de um mecanismo bilateral de consultas agrícolas de alto nível entre o Brasil e o Japão, como um Comitê Consultivo Agrícola (CCA), auxiliaria de maneira significativa a intensificação do diálogo entre os dois países no campo da agricultura.

Existe, a despeito das dificuldades apontadas, todo um potencial de comércio a ser conquistado pela agricultura brasileira no Japão. A recente crise de abastecimento, decorrente do grande terremoto de Tohoku de 11 de março, apontou para os benefícios que a maior diversificação dos fornecedores de alimentos ao Japão poderia gerar. Em sintonia com o preceito filosófico oriental de que crise e oportunidade são conceitos convergentes, vivemos o momento propício para firmar uma parceria duradoura com o Japão no segmento agrícola e, assim, nos transformarmos em estável fornecedor de alimentos ao país asiático. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores e não das instituições que representam.

1. Engenheiro Agrônomo, Fiscal Federal Agropecuário, Adido Agrícola na Embaixada em Tóquio – Japão, Mapa
2. Economista e Diplomata, Embaixada em Tóquio, MRE

Todos os valores em USD foram convertidos utilizando a cotação de USD 1 = 80 ienes.